



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Especial da Diretoria-Geral

PAD N.º 8.171/2019

DESPACHO

Trata-se de recurso interposto pela ACECO TI S/A contra a habilitação da empresa GEMELO DO BRASIL DATA CENTERS, COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA., sob a alegação de não ter restado comprovado o atendimento de um dos requisitos de habilitação, qual seja, a apresentação de atestado de capacidade técnica-operacional comprovando que já executou serviço compatível com manutenção de ambientes do tipo data center modular ou sala cofre com certificação ABNT NBR 10636.

Em suas contra-razões, a recorrida alega que o equipamento deste Tribunal não detém a certificação exigida, não sendo razoável impor como condição de continuidade se não está demonstrada inequivocamente que o contêiner data center deste Tribunal é certificado conforme a norma técnica referida.

O Pregoeiro manteve sua decisão, sustentando que o ato de habilitação foi praticado de forma regular e sem reparos, uma vez que a documentação apresentada logrou demonstrar o atendimento das condições editalícias, submetendo à apreciação superior.

Indo os autos à Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, diante da dúvida suscitada acerca da certificação do equipamento deste Tribunal, diligenciou a área técnica, que informou que o contêiner foi construído de acordo com a norma ABNT NBR 10636, não restando claro se a certificação permanece válida, razão pela qual foi solicitada nova diligência, para juntada de documentos que comprovassem tal condição.

Diante do insucesso em obter prova inequívoca quanto à certificação do equipamento e da informação do fabricante de que a norma técnica não é adequada para testar sala que abrigará hardware e dados, a área técnica opinou pela retirada da exigência da referida certificação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Especial da Diretoria-Geral

Em seu pronunciamento, Parecer n.º 717/2019, doc. n.º 196.340/2019, a ASJUR1, diante da inserção de condição restritiva desacompanhada de razões que a justificassem, opina pela anulação do certame, por ilegalidade, oportunizando-se às licitantes o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Deste modo, considerando os fatos apurados, bem como a manifestação a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, a qual acolho, encaminhe-se ao Pregoeiro, para comunicar às licitantes a intenção de anulação do Pregão Eletrônico n.º 23/2019, concedendo-se-lhes prazo para manifestação, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei 8.666/93.

Em 24 de setembro de 2019.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral